

U.11. A intervenção do Estado na Economia

Exercícios de Exames Nacionais – Itens de Construção

1. Leia o texto.

No atual quadro de funcionamento da economia portuguesa, a política social tem de estar centrada na defesa do emprego e nas preocupações com a equidade social, tendo de ter como prioridade assegurar aos cidadãos capacidades profissionais e nível de instrução que lhes possibilitem uma melhor inserção e progressão nas respetivas carreiras profissionais.

Por outro lado, a necessidade de corrigir a repartição pessoal do rendimento implica não só uma ação do lado das despesas públicas, sobretudo para combater situações de pobreza, como também uma atuação do lado das receitas públicas, utilizando, por exemplo, a política fiscal.

Vítor Constâncio, «Do passado ao futuro de Portugal», Economia Pura, Dezembro de 2004 (adaptado)

Explicita o sentido do texto, tendo em atenção os seguintes aspetos:

- política social: objetivos e prioridades;
- instrumentos que o Estado pode utilizar para atenuar as desigualdades na repartição dos rendimentos.

Exame – 2006 – 2ª Fase - IAVE

2. Leia o texto.

O comportamento do mercado de trabalho em Portugal, em 2004, foi globalmente consistente com a evolução da atividade económica. No sector dos serviços, voltou a registar-se uma criação de emprego que contrasta com a contração observada nos restantes sectores de atividade, situação que reflete o fenómeno de terciarização da estrutura produtiva.

Por sua vez, o rendimento disponível dos particulares (em termos reais) cresceu cerca de 1%, em 2004, continuando, entre outros fatores, as transferências para as famílias a contribuir de forma importante para esse rendimento disponível (o que reflete o peso significativo das prestações sociais pagas pelas administrações públicas às famílias).

Por outro lado, o comportamento dos salários nominais e do IPC, entre 2001 e 2004, consta do quadro que se segue.

Explique, tendo em atenção o segundo parágrafo do texto, o papel do Estado na redistribuição do rendimento.

Exame – 2007 – 1ª Fase – IAVE

3. Atente no documento 1.

Documento 1

Na atualidade, as debilidades estruturais de que a economia portuguesa sofre, como os deficientes níveis educacionais e a insuficiente transformação das estruturas produtivas, entre outras, tornam difícil responder aos desafios que se colocam à nossa economia.

Assim, uma das grandes orientações a seguir será a de investir nas pessoas, ou seja, a de intensificar o esforço em educação e formação; outra será a de concentrar recursos e incentivos na promoção da inovação tecnológica, aumentando o conteúdo tecnológico da produção nacional.

Por outro lado, o aumento do desemprego torna ainda mais necessária uma política social de redistribuição e de apoio aos desempregados (com particular reforço das políticas ativas de emprego e de requalificação profissional).

Vítor Constâncio, «Retoma moderada e incerta», Economia Pura, Fevereiro /Março de 2006 (adaptado)

Um dos objetivos da intervenção do Estado na atividade económica é promover uma maior equidade na distribuição dos rendimentos.

Explícite o sentido do último parágrafo do documento 1, tendo em conta o objetivo do Estado acima referido.

Exame – 2007 – 2ª Fase – IAVE

4. A situação de desemprego, tal como outras situações, tem efeitos indesejáveis, tanto a nível económico como social, podendo levar à intervenção do Estado.

Apresente três aspetos que evidenciem a importância do Orçamento do Estado como instrumento de intervenção económica e social, em geral.

Exame – 2008 – 2ª Fase – IAVE

5. Leia o texto.

A taxa de inflação em Portugal inverteu, em 2006, a tendência decrescente observada desde 2001. O aumento da taxa de inflação em termos médios anuais ficou associado, sobretudo, ao impacto do agravamento da tributação sobre os preços no consumidor, bem como à aceleração dos preços de importação de produtos não energéticos.

No âmbito das medidas de carácter fiscal com impacto na inflação, assumiu particular destaque a subida do Imposto sobre o Tabaco, no início de 2006. O aumento da taxa normal do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado), em julho de 2005, terá igualmente contribuído para exercer pressão sobre os preços internos, em 2006. O aumento do ISP (Imposto sobre Produtos Petrolíferos) também teve efeito nos preços dos combustíveis.

Classifique, como diretos ou indiretos, dois dos impostos referidos no texto.

Exame – 2009 – 1ª Fase – IAVE

6. Leia o texto que se segue.

O destino que o mercado dá aos resultados da atividade económica é, por vezes, influenciado por fatores estranhos ao próprio mercado. Por essa razão, a repartição feita pelo mercado pode não ser justa. Assim, o Estado pode intervir no sentido de alcançar uma maior equidade.

João César das Neves, Princípios de Economia Política (adaptado)

Justifique, tendo em conta o texto, a necessidade de intervenção do Estado, nas esferas económica e social, com vista a alcançar uma maior equidade.

Exame – 2009 – 2ª Fase – IAVE

7. A atribuição de subsídio de desemprego é uma medida utilizada pelo Estado para atenuar os efeitos do desemprego, constituindo, simultaneamente, uma forma de redistribuição do rendimento.

Explique o papel do Estado na redistribuição do rendimento, em geral.

Exame – 2010 – 1ª Fase – IAVE

8. Leia o texto que se segue.

O Estado pode intervir na economia, nomeadamente, como estabilizador macroeconómico, como prestador de serviços, como incentivador da atividade privada e como redistribuidor do rendimento. Para exercer a sua atividade, o Estado cobra receitas e realiza despesas. As principais receitas que o Estado cobra são os impostos, quer diretos, quer indiretos.

João Ferreira do Amaral et al., Introdução à Macroeconomia (adaptado)

Distinga impostos diretos de impostos indiretos.

Exame – 2010 – 1ª Fase – IAVE

9. Leia o texto que se segue.

A política económica não se esgota nas políticas conjunturais. Num outro horizonte temporal, a política económica tenta também agir de forma a criar condições para um crescimento económico tão rápido e equilibrado quanto possível.

João Ferreira do Amaral, Política Económica, 1996 (adaptado)

No texto, são apresentados dois tipos de políticas económicas – políticas conjunturais e políticas estruturais.

Estabeleça a diferença entre esses dois tipos de políticas económicas.

Exame – 2011 – 1ª Fase – IAVE

10. Leia o texto que se segue.

Uma das razões da intervenção do Estado na economia é a necessidade de oferta de bens que, sendo desejados pelos cidadãos, não são fornecidos através do funcionamento dos mercados.

Uma outra razão dessa intervenção prende-se com alguns efeitos externos da produção de bens mercantis.

Uma terceira razão está ligada à regulação; de facto, muitos mercados funcionam de forma não competitiva, requerendo a intervenção do Estado para corrigir restrições à concorrência.

Paulo Trigo Pereira et al., Economia e Finanças Públicas, 2009 (adaptado)

Explicita cada uma das razões que, de acordo com o texto, podem levar o Estado a intervir na economia.

Exame - 2011 – 2ª Fase – IAVE

11. Leia o texto que se segue.

Embora o mercado seja, em geral, uma forma eficiente de afetação dos recursos, podem existir situações em que tal não se verifica. Uma dessas situações ocorre quando uma única pessoa ou empresa tem capacidade para influenciar os preços do mercado.

Por exemplo, suponha que numa cidade todos precisam de água, mas só há um poço. O dono do poço tem poder de mercado (o monopólio sobre a venda da água), não estando sujeito à concorrência. Pode, por isso, influenciar os preços. Assim, uma solução poderá ser a intervenção do Estado.

Gregory Mankiw, Principles of Macroeconomics, 1998 (adaptado)

Explicita a intervenção do Estado na atividade económica no sentido de contribuir para a correção da «falha de mercado» a que o texto se refere.

Exame – 2012 – 2ª Fase - IAVE

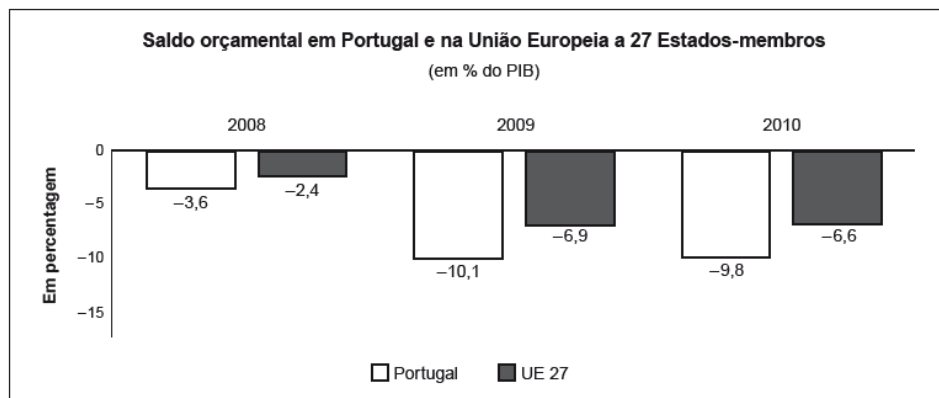
12. Os documentos apresentados referem-se à evolução das receitas e das despesas públicas, em Portugal, em 2009 e em 2010, e ao saldo orçamental em Portugal e na União Europeia a 27 Estados-membros, no período de 2008 a 2010.

Quadro 1
Receitas e despesas públicas em Portugal

	Em % do PIB	Taxa de variação (em %)	
	2010	2009	2010
Receitas públicas totais	41,5	-5,6	7,4
Receitas correntes	38,8	-5,7	2,3
Receitas de capital	2,7	-0,3	273,4
Despesas públicas totais	51,3	8,9	5,6
Despesas correntes	45,6	7,7	2,1
Despesas de capital	5,7	26,2	45,9

Ministério das Finanças, Dossier Finanças Públicas, in www.gpeari.min-financas.pt (adaptado) (consultado em março de 2012)

Gráfico 1



Eurostat, in <http://epp.eurostat.ec.europa.eu> (adaptado)
(consultado em março de 2012)

Explicita, com base nos documentos apresentados, a evolução do saldo orçamental, em Portugal, em 2010, face a 2009, considerando:

- o comportamento das receitas e das despesas públicas;
- a evolução comparada do saldo orçamental em Portugal e na UE a 27 Estados-membros.

Exame – 2012 – Época Especial – IAVE

13. Leia o texto que se segue.

As despesas e as receitas do Orçamento do Estado traduzem sempre escolhas e produzem sempre efeitos ao nível económico e social, nomeadamente, em termos de promoção da equidade e da estabilidade económica. Por exemplo, se o Estado aumentar a tributação sobre o rendimento das Famílias, tal irá gerar efeitos sobre a atividade económica e alterar a repartição pessoal dos rendimentos.

Paulo Trigo Pereira et al., Economia e Finanças Públicas, 2010 (adaptado)

Explicita, com base no texto, o papel do Orçamento do Estado como instrumento de intervenção económica e social.

Exame – 2013 – 2ª Fase – IAVE

14. Leia o texto que se segue.

Quando decidimos utilizar o automóvel para ir para o emprego, consideramos os benefícios de o utilizar, como, por exemplo, o tempo que se pode ganhar para chegar ao destino. Consideramos também os custos que temos de suportar, como, por exemplo, o combustível consumido e o desgaste do carro. Contudo, normalmente, não tomamos em conta, na nossa decisão, o facto de, ao deslocarmo-nos de carro, estarmos a contribuir para aumentar o trânsito e agravar a poluição. Esses custos sociais, geralmente, não entram na nossa análise custo/benefício.

Bernardo Guimarães e Carlos Eduardo Gonçalves, Introdução à Economia, 2010 (adaptado)

Explicite as razões da intervenção do Estado destinada a ultrapassar a falha de mercado a que o texto se refere.

Comece por identificar essa falha de mercado.

Exame – 2013 – Época Especial – IAVE

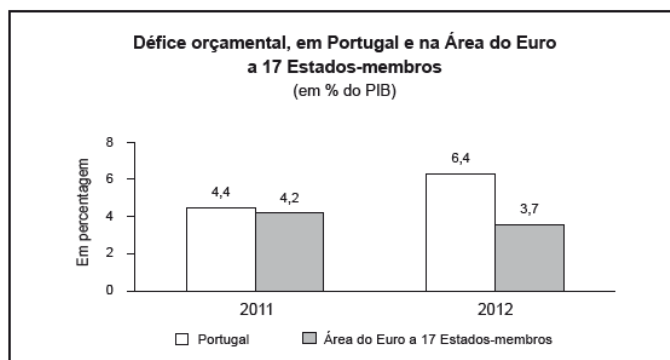
15. O Quadro 2 apresenta valores referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) e às receitas e despesas públicas, em termos nominais, em Portugal, em 2011 e em 2012. O Gráfico 2 apresenta valores relativos ao défice orçamental, em Portugal e na Área do Euro a 17 Estados-membros, nos mesmos anos.

Quadro 2

	Valores (em milhões de euros)		Taxa de variação anual (em %)
	2011	2012	2012
	Produto Interno Bruto e receitas e despesas públicas, em termos nominais, em Portugal		
Produto Interno Bruto	171 065	165 409	-3,3
Receitas públicas totais	76 934	67 794	-11,9
Receitas correntes	69 293	65 624	-5,3
Receitas de capital	7 641	2 170	-71,6
Despesas públicas totais	84 477	78 390	-7,2
Despesas correntes	77 640	73 344	-5,5
Despesas de capital	6 836	5 046	-26,2

Banco de Portugal, *Relatório Anual 2012*,
in www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/Publicacoes/cap3_12_p.xls
(adaptado) (consultado em outubro de 2013)

Gráfico 2



Eurostat, in http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database
(adaptado) (consultado em outubro de 2013)

Explique, com base nos documentos apresentados, o comportamento do défice orçamental, em percentagem do PIB, em Portugal, em 2012, face a 2011, considerando:

- a evolução das receitas e das despesas públicas totais, em termos nominais, e do PIB, em termos nominais, em Portugal;
- os efeitos dessa evolução sobre o défice orçamental, em percentagem do PIB, em Portugal;
- a evolução comparada do défice orçamental, em percentagem do PIB, em Portugal e na Área do Euro a 17 Estados-membros.

Exame – 2014 – 1ª Fase – IAVE

16. Leia o texto que se segue.

Os economistas usam os faróis como exemplo de bens públicos. Os faróis são utilizados para marcar locais específicos, de modo que os navios possam evitar águas traiçoeiras. O benefício que o farol traz aos comandantes dos navios não é excluível nem rival, de modo que cada comandante é incentivado a utilizar o farol para navegar sem pagar por esse serviço. Devido a este problema, a atividade da maioria dos faróis é, atualmente, financiada pelo Estado.

N. Gregory Mankiw, Introdução à Economia, Rio de Janeiro, Elsevier, 2001, p. 232 (adaptado)

Justifique, com base no texto, a necessidade da intervenção do Estado para garantir o fornecimento de bens públicos.

Comece por explicitar as características, referidas no texto, dos bens públicos.

Exame – 2014 – 2ª Fase – IAVE

17. Leia o texto que se segue.

Embora a mão invisível leve os mercados, geralmente, a afetar os recursos de forma eficiente, isso nem sempre acontece. Os economistas usam a expressão «falha de mercado» para se referirem a uma situação em que o mercado, por si só, não consegue produzir uma afetação eficiente de recursos. Uma dessas situações diz respeito ao impacto negativo das ações de uma pessoa sobre o bem-estar dos que a rodeiam. Outra situação ocorre quando um produtor ou grupo de produtores tem poder de mercado, ou seja, tem capacidade para influenciar significativamente os preços de mercado.

N. Gregory Mankiw, Princípios de Macroeconomia, São Paulo, Thomson, 2005, p. 11 (adaptado)

Identifique as duas falhas de mercado referidas no texto.

Exame – 2015 – 1ª Fase – IAVE

18. Leia o texto que se segue.

Uma fábrica produtora de aço despeja os seus resíduos num rio, tornando um local de lazer, situado a jusante, inadequado para atividades como a natação e a pesca. A fábrica de aço não está a suportar, como custos de produção, os custos resultantes do impacto dos seus resíduos noutras atividades. Se esta situação prevalecer em todas as fábricas produtoras de aço, então o preço do aço será mais baixo e a quantidade produzida poderá ser excessivamente alta.

Robert S. Pindyck e Daniel L. Rubinfeld, Microeconomia, S. Paulo, Pearson, 2010, p. 546 (adaptado)

Explique, com base no texto, as razões para a quantidade produzida de aço poder ser excessivamente alta.

Comece por identificar e explicitar a falha de mercado implícita no texto.

Exame – 2015 – Época Especial – IAVE

19. Os dados apresentados nos gráficos 3 e 4 referem-se à economia portuguesa, de 2010 a 2014.

Gráfico 3 – Despesa pública total e suas componentes, em termos nominais
Taxa de variação de 2010 a 2014 (em %)

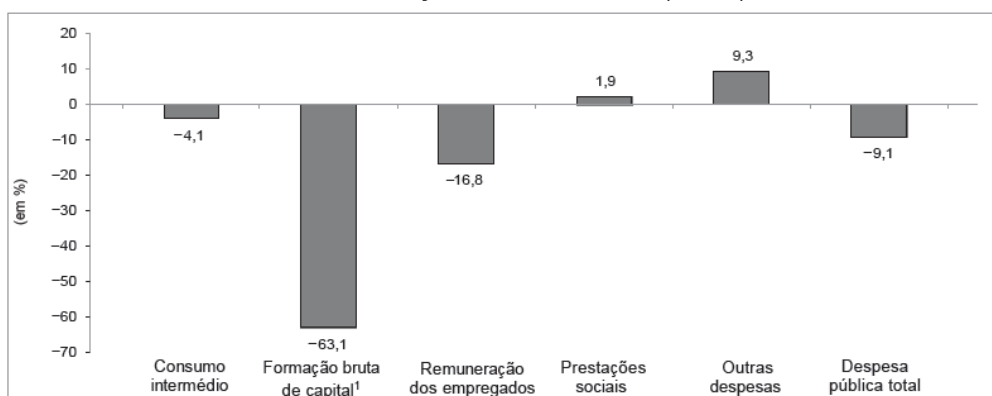
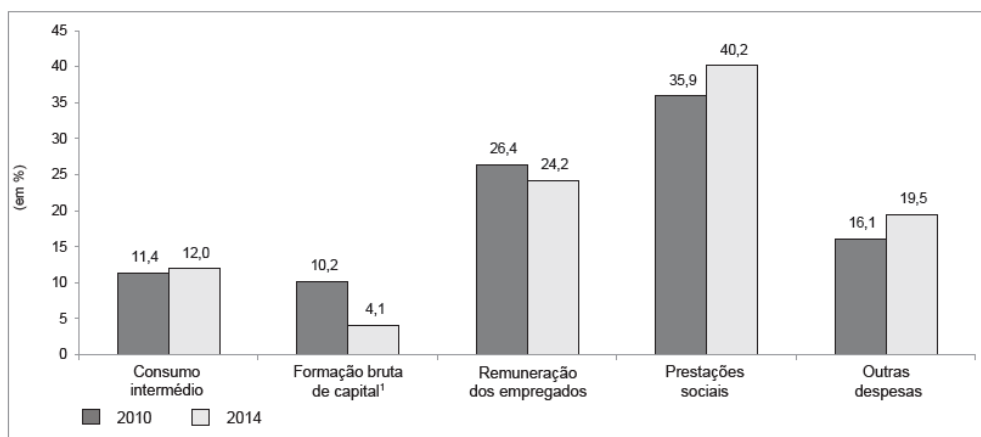


Gráfico 4 – Estrutura da despesa pública total

(em % do total)



¹ A formação bruta de capital corresponde ao investimento.

Explique, com base nos dados apresentados, as alterações na estrutura da despesa pública total, em Portugal, de 2010 a 2014, considerando:

- a evolução da despesa pública total, em termos nominais;
- a evolução das três componentes que justificaram o sentido da evolução da despesa pública total;
- os efeitos da evolução comparada da despesa pública total e de cada uma dessas três componentes na estrutura da despesa pública total.

Exame – 2016 – 1ª Fase – IAVE

20. Leia o texto.

Os impostos diretos progressivos penalizam mais quem ganha mais e menos quem ganha menos, contribuindo para a promoção da equidade. Pelo contrário, os impostos indiretos sobre um dado bem são pagos, na mesma medida, tanto por alguém que ganha muito como por alguém que apenas recebe o rendimento social de inserção. Como política fiscal, o recurso aos impostos indiretos, sobretudo quando se trate de bens de consumo essencial, pode comprometer a promoção da equidade.

Baseado em: Catarina de Albuquerque, entrevista à Visão, in <http://visao.sapo.pt> (consultado em outubro de 2015)

Explícite, com base no texto, as diferenças entre a utilização de impostos diretos progressivos e a utilização de impostos indiretos, no que respeita à promoção da equidade.

Na sua resposta, comece por distinguir impostos diretos de impostos indiretos.

Exame – 2016 – Época Especial – IAVE

21. Leia o texto.

Em muitos países, a gasolina é um dos bens que sofrem a tributação mais pesada. Nos Estados Unidos da América (EUA), por exemplo, quase metade do que os condutores gastam em gasolina corresponde a impostos. Em muitos países europeus, o imposto é ainda maior. Por que motivo tantos países aplicam este imposto sobre a gasolina? Uma resposta possível é que o imposto pretende corrigir alguns dos efeitos sobre a sociedade associados à utilização do automóvel, como a poluição. Este imposto contribui para a promoção da eficiência, ao incentivar a utilização do transporte público e ao melhorar a qualidade do ambiente.

N. Gregory Mankiw, Introdução à Economia, 2.ª edição, Rio de Janeiro, Campus, 2001, p. 219 (adaptado)

21.1. Identifique a falha de mercado que o imposto referido no texto pretende corrigir.

21.2. Explícite de que modo a aplicação do imposto referido no texto contribui para a promoção da eficiência.

Exame – 2017 – 1ª Fase - IAVE

22. Leia o texto.

Para compreendermos o papel da política fiscal do Estado na atividade económica, precisamos de analisar o impacto dessa política no produto de um país. De que forma os impostos alteram o produto? Considere que, num determinado período, no país D, o peso da poupança das famílias em percentagem do seu rendimento disponível se mantém constante. Nestas circunstâncias, reduções nos impostos diretos pagos pelas famílias conduzem a alterações no produto do país, se o investimento, o consumo público, as exportações e as importações se mantiverem constantes.

Baseado em: Paul A. Samuelson e William D. Nordhaus, *Economia*, 16.ª edição, Lisboa, McGraw-Hill, 1999, p. 456

Explique, com base no texto, de que modo a redução dos impostos diretos pagos pelas famílias influencia o produto de um país.

Exame – 2017 – Época Especial – IAVE

23. Leia o texto.

Em 1996, um determinado país descobriu reservas de petróleo no seu subsolo, e o seu produto interno bruto (PIB) registou taxas de crescimento elevadíssimas. Em 1997, o PIB aumentou perto de 150%. Como consequência, a dívida pública desse país, expressa em percentagem do PIB, caiu para metade num só ano. Porém, esta redução não aconteceu porque o Estado desse país passasse a dever menos dinheiro (a dívida até aumentou, em resultado do desequilíbrio verificado nesse ano, entre as receitas e as despesas públicas).

Nuno Aguiar, *Os Números da Nossa Vida*, 1.ª edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015, p. 280 (texto adaptado).

Explique, com base no texto, a evolução da dívida pública desse país, abordando:
– a relação entre o valor da dívida pública e o défice orçamental;
– a razão para a redução da dívida pública em percentagem do PIB.

Exame – 2018 – 1ª Fase – IAVE

24. Os dados apresentados nas tabelas 1 e 2 referem-se às economias portuguesa e irlandesa, em 2015 e em 2016.

Tabela 1 – Dívida pública em % do produto interno bruto (PIB)

	Portugal	Irlanda
2015	129,0	78,7
2016	130,4	75,4

Tabela 2 - Taxa de variação nominal anual do PIB e da dívida pública, em 2016 (em %)

	Portugal	Irlanda
PIB	3,0	5,2
Dívida pública	4,1	-0,4

Eurostat, in <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu> (consultado em novembro de 2017) (adaptado).

Justifique, com base nos dados fornecidos, a evolução da dívida pública em percentagem do PIB em Portugal e na Irlanda, em 2016, face a 2015.

Exame – 2018 – 2ª Fase – IAVE

25. Leia o texto.

Os anos 70 do século XX foram, para alguns países, um período de dificuldades resultantes do agravamento dos preços do petróleo. Os bancos centrais desses países, em resposta ao crescente aumento do nível médio de preços, aumentaram as taxas de juro, o que dificultou o acesso ao crédito e reduziu as despesas de consumo das famílias, considerando-se tudo o resto constante.

O aumento das taxas de juro provocou dois efeitos. Primeiro, o produto decresceu e o desemprego aumentou. Segundo, a restrição monetária e o elevado desemprego produziram uma descida acentuada da inflação. A política monetária teve sucesso ao reduzir significativamente a inflação, mas os países sofreram os efeitos dessa política no desemprego e no produto.

Baseado em: Paul A. Samuelson e William D. Nordhaus, *Economia*, 19.ª edição, Lisboa, McGraw-Hill, 2010, pp. 380-381.

Explique os efeitos da política monetária, mencionada no texto, na inflação e no desemprego.

Exame – 2018 – Época Especial – IAVE

26. Leia o texto.

Um dos instrumentos que o governo utiliza para influenciar a atividade económica é a aplicação de impostos diretos sobre o rendimento das famílias. Por um lado, o aumento dos impostos diretos sobre o rendimento das famílias reduz, por exemplo, a aquisição de automóveis ou de refeições fora de casa. Por outro lado, o aumento destes impostos proporciona ao Estado mais recursos, por exemplo, para a construção de hospitais e para o fornecimento de lanches escolares.

Baseado em: Paul A. Samuelson e William D. Nordhaus, *Economia*, 19.ª edição, Lisboa, McGraw-Hill, 2012, p. 304.

Explique, com base no texto, os efeitos do aumento dos impostos diretos no produto de um país, considerando-se tudo o resto constante.

Na sua resposta, utilize a ótica da despesa.

Exame – 2019 – 1º Fase – IAVE

27. Leia o texto.

A distinção entre consumo individual e coletivo de um bem ou serviço baseia-se na existência, ou não, de duas características: a possibilidade de exclusão e a rivalidade no consumo. A possibilidade de exclusão aplica-se a inúmeros bens e serviços, mas existe um número significativo de bens e serviços em que não é aplicável. A defesa nacional é um desses exemplos. Neste caso, o serviço não pode ser produzido e comercializado pela iniciativa privada.

Baseado em: J. Albano Santos, Economia Pública, 1.ª edição, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2010, pp. 62-63, 66.

Explique, com base no texto, por que razão o serviço de defesa nacional não pode ser comercializado pela iniciativa privada.

Exame – 2019 – 2ª Fase – IAVE

28. Leia o texto.

Em Portugal, a taxa de risco de pobreza¹ após transferências sociais diminuiu, passando de 18,3%, em 2016, para 17,3%, em 2017. A redução da taxa de risco de pobreza ocorreu em vários grupos da população, por exemplo, no grupo das famílias com filhos ou no grupo da população empregada. Em 2017, sem quaisquer transferências sociais, a taxa de risco de pobreza teria sido de 43,7%.

Baseado em: <http://observatorio-das-desigualdades.com/author/observatoriodasdesigualdades/>
(consultado em dezembro de 2018).

¹ Percentagem da população cujo rendimento se encontra abaixo do limiar de pobreza, definido como 60% do rendimento nacional mediano por adulto.

Admita que, em 2017, o Estado português decidiu, no âmbito das transferências sociais, utilizar as seguintes medidas:

- A – aumento do rendimento social de inserção (RSI);
- B – aumento do abono de família para crianças e jovens.

Explícite, com recurso a uma das medidas apresentadas, o contributo da ação do Estado para a redução da taxa de risco de pobreza em Portugal, em 2017.

Fundamente a sua resposta com informação presente no texto.

Exame – 2019 – Época Especial – IAVE

29. O texto refere-se a alguns dos indicadores económicos utilizados no estudo da comparação dos padrões de vida (ou níveis de bem-estar) entre países. A Tabela 3 refere-se às prestações sociais e a indicadores de desigualdade na distribuição (ou repartição) do rendimento, em Portugal, em 2008 e em 2009.

As comparações dos padrões de vida (ou dos níveis de bem-estar) entre países são geralmente feitas com base no rendimento por habitante. Este indicador traduz, em termos monetários, a riqueza por habitante de um país, permitindo estabelecer comparações com outros países. Contudo, este indicador pouco diz acerca da distribuição (ou repartição) do rendimento dentro de um mesmo país. A taxa de risco de pobreza e o S80/S20 são indicadores que permitem caracterizar melhor a desigualdade na distribuição (ou repartição) do rendimento entre grupos que constituem a sociedade.

Eurostat, Estatísticas sobre pobreza monetária, in <https://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained> (consultado em setembro de 2019). (Texto adaptado)

Tabela 3 – Prestações sociais, taxa de risco de pobreza e S80/S20

	Prestações sociais	Taxa de risco de pobreza ¹ (em %)		S80/S20 ²
	Taxa de variação anual (em %)	Antes de qualquer transferência social	Após transferências sociais	
2008	5,7	41,5	17,9	6,0
2009	9,9	43,4	17,9	5,6

¹ Percentagem da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo do limiar de pobreza, definido como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

² Quociente entre o rendimento total dos 20% da população com maiores rendimentos e o rendimento total dos 20% da população com menores rendimentos.

Pordata, in www.pordata.pt (consultado em janeiro de 2020). (Adaptado)

Explícite, com base nos dados fornecidos, e considerando-se tudo o resto constante, o papel do Estado na promoção da equidade em Portugal, em 2009, face a 2008, considerando:

- a evolução da taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social e o efeito das prestações sociais na evolução da taxa de risco de pobreza após transferências sociais;
- o efeito da evolução das prestações sociais na evolução do indicador S80/S20.

Exame – 2020 – 1ª Fase – IAVE

30. Leia o texto.

Em 2012, na sequência do aumento do valor da dívida pública, uma economia registou uma forte subida dos encargos com os juros da dívida pública. Nestas circunstâncias, e perante a manutenção das receitas públicas, as autoridades dessa economia implementaram medidas restritivas, no âmbito da despesa pública, como a redução do valor dos subsídios de desemprego, com o objetivo de garantir a redução do défice orçamental. As restrições na despesa pública limitaram a intervenção do Estado na economia.

Baseado em: Ricardo Cabral, Ricardo Paes Mamede, Paulo Trigo Pereira e Emanuel Santos, Um Contributo para o Debate Público em Torno da Dívida Pública, IPP-JCS ISEG-Universidade de Lisboa, 2014, Lisboa.

Explique, com base no texto e considerando-se tudo o resto constante, por que razão a forte subida dos encargos com os juros da dívida pública poderá limitar a ação do Estado na promoção da equidade.

Exame – 2020 – Época Especial – IAVE

31. Considere que, em 2018, num determinado país, o saldo orçamental correspondeu a - 2,8% do produto interno bruto (PIB). Nesse ano, as receitas públicas provenientes dos impostos diretos foram 125 milhões de euros e representaram 10% do PIB.

Determine, com base na situação descrita, o valor das receitas públicas totais em 2018, sabendo que o valor das despesas públicas totais foi, neste ano, 210 milhões de euros.

Na sua resposta, apresente a fórmula usada e os cálculos efetuados.

Exame – 2021 – 1ª Fase – IAVE

32. Leia o texto.

A revolução da inteligência artificial (IA) está prestes a atingir uma multiplicidade de profissões. Contabilistas, consultores financeiros, reposidores de supermercado, pessoal de limpeza e jornalistas desportivos já estão a competir com alguma forma de IA. O relatório de uma consultora internacional concluiu que, com base nas tarefas atualmente executadas, 46% dos trabalhadores dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) exercem profissões com risco elevado de serem substituídas ou de sofrerem transformações profundas. É evidente que estes cálculos ignoram que, à medida que algumas tarefas se tornam automatizadas, os trabalhadores que as exerciam podem ser recolocados noutras tarefas. Portanto, até que ponto será realmente negativa esta revolução? Os economistas estão, obviamente, curiosos em relação a este problema, mas, neste caso, como em outros, ainda não conseguiram chegar a consenso.

Baseado em: Abhijit V. Banerjee e Esther Duflo, *Boa Economia para Tempos Difíceis*, 1.ª edição, Lisboa, Conjuntura Actual, 2020, pp. 277-278.

Admita que a IA provocará uma maior destruição do que criação de emprego, obrigando os governos nacionais a adotarem medidas de mitigação do desemprego.

Considere que, na qualidade de técnico da OCDE, tinha a tarefa de propor medidas aos governos dos países desta organização, tendo por base um dos objetivos, A ou B.

- A – apoiar as empresas na criação de emprego;
- B – reforçar o apoio aos desempregados.

Selecione um dos objetivos, A ou B.

De acordo com o objetivo selecionado, apresente duas medidas, explicando de que modo contribuem para a concretização desse objetivo.

Exame – 2021 – 2ª Fase – IAVE

33. Leia o texto.

As projeções feitas pelo Instituto Nacional de Estatística revelam que a população de Portugal poderá passar de 10,3 milhões de habitantes em 2017 para 7,5 milhões em 2080. Nesse período, a população idosa passará de 2,1 para 2,8 milhões, o que será acompanhado de uma redução significativa da população jovem. O declínio previsto para a população portuguesa representará uma ameaça às finanças públicas, quer a nível das receitas quer a nível das despesas, contribuindo para a deterioração do saldo orçamental.

Entre 2017 e 2080, a população em idade ativa diminuirá de 6,7 para 3,8 milhões de pessoas, e o índice de sustentabilidade¹ passará de 315 para 137 pessoas em idade ativa, por cada 100 idosos. Estas alterações exigirão um reforço da qualificação dos trabalhadores e da capacidade de inovação das empresas, aspetos indispensáveis para o aumento da produtividade.

¹ Quociente entre o número de pessoas com idades entre 15 e 64 anos e o número de pessoas com 65 e mais anos.

Baseado em: Virgílio Azevedo, *Expresso* – «Envelhecimento da População Portuguesa Só Vai Parar em 2049», in <https://expresso.pt> e Comissão Europeia, *Livro Branco – Uma Agenda para Pensões Adequadas, Seguras e Sustentáveis*, in <https://ec.europa.eu/social> (consultado em janeiro de 2021).

Uma das preocupações da sociedade portuguesa relaciona-se com o envelhecimento da população e os seus efeitos na economia.

Considere que foi escolhido pelo governo para realizar um estudo sobre as medidas a implementar para minimizar o impacto do envelhecimento da população portuguesa na economia, tendo por base um dos objetivos, A ou B.

- A – melhorar o saldo orçamental;
- B – aumentar a produtividade.

Selecione um dos objetivos, A ou B.

De acordo com o objetivo selecionado, apresente duas medidas, explicando de que modo contribuem para a concretização do objetivo selecionado.

Exame – 2021 – Época Especial – IAVE

34. Leia o texto.

Um estudo publicado pelo Banco Central Europeu (BCE) revela que Portugal foi um dos países da área do euro mais expostos ao impacto da pandemia de covid-19 no sector do turismo. Estima-se que, em 2020, o número de chegadas de turistas não residentes a Portugal tenha atingido 6,5 milhões, correspondendo a uma diminuição de 73,7% face a 2019.

Baseado em: Paulo Vaz Henriques, Expresso – «Covid-19. Turismo português é dos que mais sofrem na Europa», in <https://expresso.pt>; e em: Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas do Turismo – 2020, in www.inec.pt (consultado em setembro de 2021).

Considere que foi escolhido pelas autoridades para realizar um estudo sobre as medidas a implementar para minimizar o impacto da pandemia no sector do turismo português, tendo por base um dos objetivos, A ou B.

- A – preservar o nível de emprego nas empresas do sector do turismo;
- B – estimular a procura de serviços turísticos.

Selecione um dos objetivos, A ou B.

De acordo com o objetivo selecionado, apresente duas medidas, explicando de que modo contribuem para a concretização desse objetivo.

Exame – 2022 – 1ª Fase – IAVE

35. Leia o texto.

De acordo com o Inquérito à Situação Financeira das Famílias de 2020, realizado entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o impacto da pandemia na situação financeira e no rendimento das famílias foi maior nas famílias que dependiam do rendimento do trabalho. A percentagem de famílias que enfrentou a redução do rendimento do trabalho, a perda de emprego ou a perda total de rendimento foi mais significativa para as famílias com níveis de rendimento e de escolaridade mais baixos.

A maior parte das famílias que sofreu uma redução de rendimento devido à pandemia declarou ter reduzido as despesas com alimentação, vestuário, viagens ou outros bens de consumo e serviços, o que poderá ter condicionado a viabilidade de certas empresas, devido à queda da procura e à dificuldade em suportar os custos fixos.

Instituto Nacional de Estatística, «Destaque», 15 de dezembro de 2021, in www.ine.pt (consultado em janeiro de 2022). (Adaptado)

Considere que foi escolhido pelas autoridades portuguesas para realizar um estudo sobre as medidas a implementar, tendo por base um dos objetivos, A ou B.

A – melhorar as condições de vida das famílias com níveis de rendimento mais baixos;
B – proporcionar condições favoráveis para a viabilidade das empresas.

Selecione um dos objetivos, A ou B.

De acordo com o objetivo selecionado, apresente duas medidas, explicando de que modo contribuem para a concretização desse objetivo.

Exame – 2022 – 2ª Fase – IAVE

36. Leia o texto.

A crise pandémica acabou por funcionar como um travão ao consumo, aliviando a pressão sobre o ambiente. Entre janeiro e setembro de 2020, comparativamente com o mesmo período de 2019, a despesa de consumo das famílias residentes, em Portugal, diminuiu 6,7%. Apesar deste decréscimo, verificou-se um aumento no valor e no coeficiente orçamental das despesas em consumo alimentar, passando este a representar um peso de 20,9% do total da despesa em consumo das famílias residentes. Neste contexto, a alteração na estrutura das despesas em consumo das famílias permitiu a redução do seu impacto no ambiente (externalidade negativa). É de sublinhar, do ponto de vista ambiental, a diminuição do consumo de gasolina e das emissões de queima de combustíveis. Estas reduções deverão ter superado o impacto que o confinamento e a aplicação mais generalizada do regime de teletrabalho possam ter tido no aumento do consumo energético efetuado pelas famílias nas suas habitações e também no aumento dos resíduos gerados em resultado do consumo doméstico.

Instituto Nacional de Estatística, «Destaque», 21 de dezembro de 2020, in www.ine.pt (consultado em dezembro de 2021). (Adaptado)

Considerando os efeitos descritos da crise pandémica sobre o ambiente, as autoridades portuguesas, no período pós pandemia, para promover a eficiência económica, decidiram apresentar dois objetivos, A e B.

- A – incentivar a utilização de transportes públicos pelas famílias;
- B – incentivar o consumo de energias renováveis nas habitações pelas famílias.

Selecione um dos objetivos, A ou B.

De acordo com o objetivo selecionado, apresente duas medidas a implementar pelas autoridades, explicando de que modo contribuem para a promoção da eficiência económica.

Exame – 2022 – Época Especial – IAVE

37. Leia o texto.

Um dos presidentes dos Estados Unidos da América (EUA) enfrentou um problema grave: o défice público permanecia elevado, mas o produto não crescia, e a taxa de desemprego era inaceitavelmente elevada.

Deveria o presidente aplicar como medida o aumento da receita pública corrente para combater o défice público? Esta decisão poderia provocar uma redução do produto e do emprego. Ou, em alternativa, deveria o presidente aplicar como medida o aumento da despesa pública corrente para combater o desemprego? Esta decisão poderia provocar um aumento do défice público.

O presidente acabou por decidir que a redução do défice público era a principal prioridade.

Baseado em: Paul A. Samuelson e William D. Nordhaus, *Economia*, 16.ª ed., Lisboa, McGraw-Hill, 1999, p. 460.

Considere que foi escolhido pelas autoridades para realizar um estudo de curto prazo sobre as medidas de controlo do défice público e o seu efeito na evolução do produto, tendo por base um dos objetivos, A ou B.

A – aumentar a receita pública corrente;

B – reduzir a despesa pública corrente.

Selecione um dos objetivos, A ou B.

De acordo com o objetivo selecionado, apresente duas medidas, explicando de que modo contribuem para a evolução do produto de um país, no curto prazo.

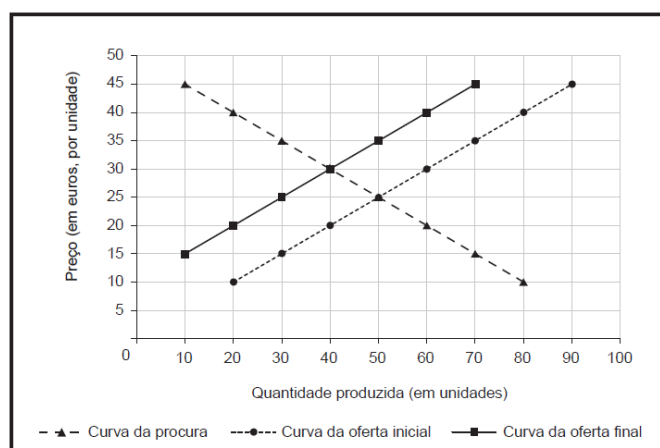
Exame – 2023 – 1ª Fase – IAVE

38. Leia o texto.

Na presença de uma externalidade negativa na produção, por exemplo, a poluição, o custo social será maior do que o custo de produção para as empresas poluentes. Neste caso, o mercado fará uma afetação ineficiente dos recursos, condicionando o bem-estar da sociedade.

Como poderá o Estado intervir para reduzir esta externalidade? Uma forma seria aplicar um imposto sobre cada unidade produzida pelas empresas poluentes, o que provocaria uma alteração da oferta e poderia mitigar o custo para a sociedade.

Gráfico 5



Baseado em: N. Gregory Mankiw, Introdução à Economia, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Elsevier, 2001, pp. 210-211.

Explique, com base no texto e no gráfico apresentados, de que forma a aplicação de um imposto sobre cada unidade produzida pelas empresas poluentes contribui para a promoção da eficiência económica.

Exame – 2023 – 2ª Fase – IAVE

39. Leia o texto.

A pandemia de COVID-19 gerou respostas imediatas das autoridades europeias para mitigar o seu impacto económico. Assim, em 27 de maio de 2020, a Comissão Europeia apresentou o Plano de Recuperação da Europa. Este plano, ao centrar-se no reforço do crescimento do produto interno bruto (PIB), complementa as medidas de política monetária e orçamental aplicadas durante a fase de retoma da atividade económica.

O Plano de Recuperação da Europa apresenta três linhas de intervenção:

(I) garantir os recursos financeiros às empresas, sobretudo nos sectores mais afetados pela pandemia;

(II) fomentar o investimento público e privado, para enfrentar os desafios da transição climática e da transformação digital;

(III) garantir um crescimento sustentado e inclusivo.

As estimativas do impacto sobre a economia portuguesa sugerem que o plano contribuirá para aumentar em 0,5 pontos percentuais (pp) a taxa de crescimento média do produto interno bruto (PIB), entre 2022 e 2024.

Banco de Portugal, Boletim Económico – junho de 2022, in www.bportugal.pt (consultado em setembro de 2022). (Adaptado)

Considere que foi escolhido para realizar um estudo sobre as medidas a implementar pelo governo para aumentar o produto, tendo por base um dos objetivos, A ou B.

A – aumentar a utilização de fontes de energia renováveis pelas empresas;

B – aumentar as competências digitais das empresas e dos trabalhadores.

Selecione um dos objetivos, A ou B.

De acordo com o objetivo selecionado, apresente duas medidas a implementar pelo governo, explicando de que modo contribuem para o aumento do produto.

Exame – 2023 – 2ª Fase – IAVE

40. Leia o texto.

O automóvel é mesmo uma grande invenção? É verdade que ele representa conforto, flexibilidade de horários e de percursos. No entanto, também gera custos sociais como engarrafamentos, acidentes e poluição sonora e atmosférica, contribuindo para o aparecimento de problemas de saúde e para o aquecimento global.

O aumento dos rendimentos das famílias tem contribuído para uma crescente utilização do automóvel particular. Como mudar esta tendência? Hoje em dia, as grandes cidades optam por aplicar medidas como as portagens e os parquímetros, condicionando a utilização do automóvel particular.

Baseado em: <https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/o-automovel-particular-erealmente-uma-grande-invencao/> (consultado em janeiro de 2023).

Explícite de que modo a introdução de portagens e de parquímetros contribui para a promoção da eficiência económica.

Na sua resposta, comece por explicitar em que consiste a falha de mercado a que o texto se refere.

Exame – 2023 – Época Especial – IAVE

41. A Tabela 4 apresenta alguns indicadores das finanças públicas, em Portugal, em 2022.

Tabela 4 – Indicadores das finanças públicas

	2022
Saldo orçamental em % do PIB ¹	-0,4
Despesas com prestações sociais em % do PIB	18,7
Despesas públicas totais em % do PIB	44,8
Despesas com prestações sociais (em milhões de euros)	44 694

Conselho das Finanças Públicas, Evolução Orçamental das Administrações Públicas em 2022, in <https://www.cfp.pt> (consultado em setembro de 2023). (Adaptado)

1 Produto interno bruto

Calcule, com base nos dados apresentados na Tabela 4, o valor das receitas públicas totais, em Portugal, em 2022.

Apresente a fórmula usada e todos os cálculos efetuados.

Apresente o resultado final em milhões de euros, arredondado às décimas.

Em cálculos intermédios, conserve uma casa decimal.

Exame – 2024 – 1ª Fase – IAVE

42. Leia o texto.

A 1 de janeiro de 2021, os recursos próprios da União Europeia (UE) aumentaram. Esse aumento resultou de uma contribuição de cada Estado-Membro, calculada com base no imposto de 0,80 euros por quilograma de resíduos não reciclados de embalagens de plástico.

Com a introdução desta taxa, a UE procura estimular os Estados-Membros a reduzirem os resíduos de embalagens de plástico descartáveis e procura promover a eficiência económica, através da reafetação de recursos. Ao mesmo tempo, deixa aos Estados-Membros a possibilidade de definirem as políticas mais adequadas para reduzir a poluição causada pelos resíduos de embalagens de plástico.

Baseado em: <https://www.europarl.europa.eu/> (consultado em setembro de 2023).

Considere que, dando cumprimento à orientação da UE – definição das políticas mais adequadas para reduzir os efeitos da poluição causada pelos resíduos de embalagens de plástico –, vários Estados-Membros decidiram aplicar um imposto sobre cada embalagem de plástico descartável adquirida pelas famílias para o transporte dos produtos.

Explicita de que modo a aplicação desse imposto sobre cada embalagem de plástico descartável contribui para a promoção da eficiência económica nestes Estados-Membros, conforme mencionado no texto.

Exame – 2024 – 2ª Fase – IAVE

43. O texto seguinte refere-se à evolução do produto interno bruto (PIB), em Portugal, nos anos 2021 e 2022. O Gráfico 6 e a Tabela 5 apresentam dados relativos às finanças públicas, em Portugal, nos mesmos anos.

Em Portugal, o PIB, calculado em termos nominais, aumentou 11,4%, em 2022, face a 2021 (7,1%, em 2021, face a 2020), atingindo cerca de 239 mil milhões de euros. Em 2022, face a 2021, o PIB registou um crescimento real de 6,7%. Em 2022, todas as componentes da despesa interna registaram taxas de variação reais anuais positivas, verificando-se um maior crescimento do consumo privado, das importações e das exportações de bens e serviços e um menor crescimento do investimento e do consumo público.

Baseado em: Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico de Portugal – 2022, in www.ine.pt (consultado em outubro de 2023).

Gráfico 6 – Total das despesas e das receitas das administrações públicas¹, em Portugal (em milhões de euros)

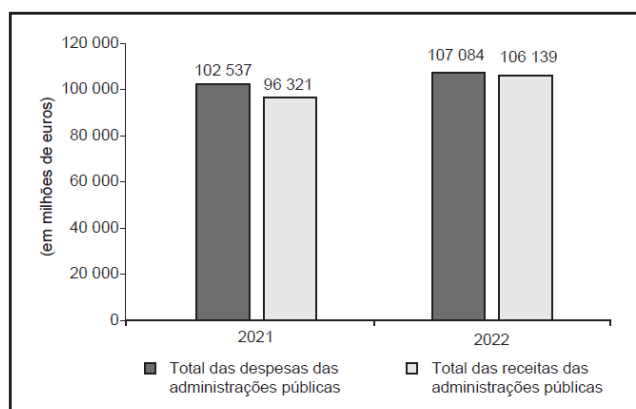


Tabela 5 – Saldo orçamental das administrações públicas e dívida pública², em Portugal

	2021	2022
Saldo orçamental das administrações públicas (em % do PIB)	-2,9	-0,4
Dívida pública (em % do PIB)	125,4	113,9

Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico de Portugal – 2022, in www.ine.pt (consultado em outubro de 2023). (Adaptado)

¹ Valores a preços correntes

² Valores obtidos a partir de agregados expressos a preços correntes

Explique, com base nos dados fornecidos, a evolução do saldo orçamental das administrações públicas, em Portugal, em 2022, face a 2021, considerando:

- a relação entre a evolução do total das receitas e do total das despesas das administrações públicas e o seu efeito na evolução do saldo orçamental das administrações públicas;
- a relação entre a evolução do saldo orçamental das administrações públicas e a evolução do PIB e o seu efeito na evolução do saldo orçamental das administrações públicas em percentagem do PIB.

44. Leia o texto.

A energia que chega ao consumidor é barata, porque não pagamos a totalidade dos seus custos. Aos custos de produzir um quilowatt-hora de eletricidade, a partir do carvão, deveríamos adicionar pelo menos 4 cêntimos pelos danos causados por essa produção no meio ambiente. Além disso, queimar carvão afeta a saúde de milhares de pessoas todos os anos.

A energia produzida a partir de combustíveis fósseis parece barata – mas, apenas, porque não contabilizamos os custos que impomos aos nossos vizinhos e ao nosso futuro.

Baseado em: Rebecca Henderson, *Repensar o Capitalismo para Salvar a Humanidade*, 1.ª ed., Porto, Ideias de Ler, 2023, pp. 32-33.

Explicita, com base no texto, de que forma poderá o Estado intervir para promover a eficiência económica na produção de eletricidade a partir do carvão.

Inicie a sua resposta referindo em que consiste a falha de mercado presente no texto.

Exame – 2024 – Época Especial – IAVE

45. Leia o texto.

De acordo com dados do Eurostat, entre 2020 e 2021, mais de 200 mil crianças na União Europeia passaram a viver abaixo do limiar da pobreza, elevando o número total de crianças em risco de pobreza e exclusão social para mais de 19,6 milhões, o que corresponde a uma em cada quatro crianças. A pobreza infantil está, muitas vezes, associada a agregados familiares com baixa qualificação académica e profissional e baixos salários. Em outros casos, a origem deste fenómeno está relacionada com situações de desemprego, nomeadamente desemprego de longa duração.

Estes números preocupantes exigem uma ação imediata e abrangente por parte dos líderes políticos para a construção de uma Europa Social mais igualitária para as gerações presentes e futuras. É necessário atuar o mais cedo possível para garantir que cada criança possa atingir todo o seu potencial.

Baseado em: <https://www.unicef.pt/actualidade/noticias/sao-urgentes-medidas-para-reduzir-a-pobreza-infantil/> (consultado em novembro de 2023).

No âmbito das suas funções económicas e sociais, o Estado deve pôr em prática medidas de mitigação da pobreza infantil.

Apresente duas medidas de política económica e social do Estado, explicando os seus efeitos na mitigação da pobreza infantil.

Exame – 2024 – Época Especial – IAVE

46. Leia o texto seguinte.

«O despovoamento de algumas regiões de Portugal não é uma questão recente», começou por explicar João Ferrão, geógrafo. As causas são simples. Segundo o geógrafo, tudo começou com o desenvolvimento do país, a partir dos anos 70 ou 80 do século passado. Foi esta «modernização do país» que levou a que fossem criados mais empregos nos centros urbanos e que estes se tornassem mais atrativos para a população, adiantou o especialista. Assim, segundo João Ferrão, «a busca por uma melhor qualidade de vida fez com que as pessoas se deslocassem para as zonas com mais oportunidades. As pessoas ou emigravam para o estrangeiro ou deslocavam-se para as cidades do país.»

Contudo, as causas do despovoamento não se ficam por aqui. «A racionalização dos serviços é outro problema», disse ao Jornal i, explicando que essa racionalização é o motivo para que todas as unidades de serviços comecem a encerrar na mesma região, alimentando um «círculo vicioso»: os serviços fecham e as pessoas saem.

Há que reverter esta situação, conjugando o privado com o público. Há que garantir maior coesão económica e social entre as várias regiões do país.

Baseado em: Tatiana Costa, Jornal i – «Densidade Populacional. O que Leva as Pessoas a Abandonar Certas Zonas do País?», in <https://ionline.sapo.pt/> (consultado em outubro de 2024).

Considere que é vereador de uma câmara municipal de uma região com problemas de despovoamento e de baixo rendimento por habitante, face ao valor médio do país, e que tem de apresentar medidas que possibilitem a concretização de um dos objetivos, A ou B.

Objetivo A – atrair empresas para o município;

Objetivo B – melhorar a oferta de serviços prestados às famílias pelo município.

Selecione um dos objetivos, A ou B.

De acordo com o objetivo selecionado, apresente duas medidas, explicando de que modo contribuem para o reforço da coesão económica e social.

Exame – 2025 – 1ª Fase – IAVE

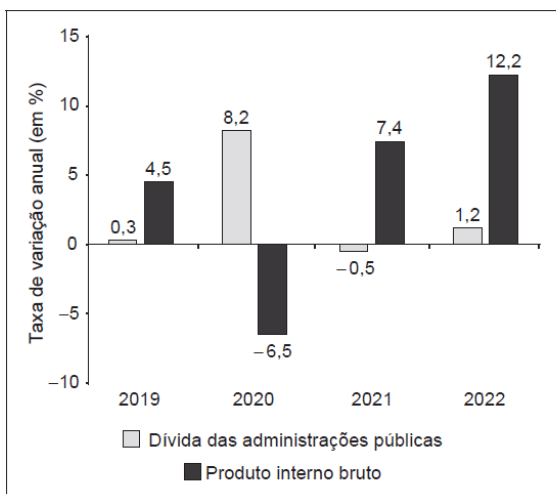
47. O texto seguinte e os gráficos 7 e 8 apresentam informação relativa à evolução das finanças das administrações públicas, em Portugal, no período de 2019 a 2022.

Em 2022, dois anos após a eclosão da pandemia, as administrações públicas (AP) eliminaram parte do desequilíbrio orçamental. Nesse ano, o saldo orçamental primário, que exclui os encargos com juros da dívida pública, voltou a aproximar-se dos valores pré-pandemia.

Para esta recuperação, a economia portuguesa beneficiou da evolução da receita, resultante principalmente do aumento das remunerações do trabalho, com reflexo na receita de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), bem como da reação da receita do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à subida dos preços dos bens e serviços. Por outro lado, a supressão progressiva dos apoios extraordinários na resposta à pandemia atenuou o crescimento da despesa pública.

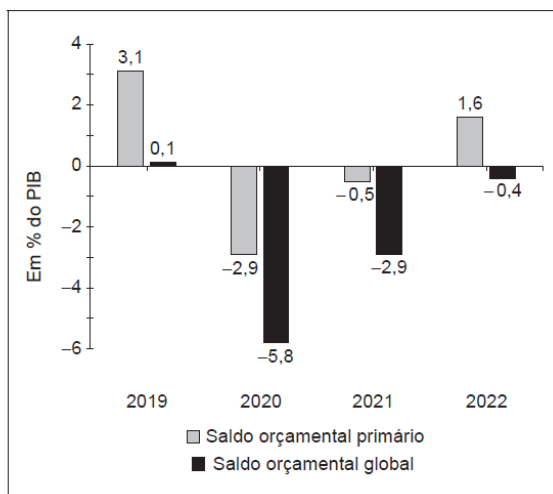
Baseado em: Conselho das Finanças Públicas, Evolução Orçamental das Administrações Públicas em 2022 e em 2023, in <https://www.cfp.pt> (consultado em setembro de 2024).

Gráfico 7 – Dívida das administrações públicas e produto interno bruto (taxa de variação anual, em %)



Banco de Portugal, in www.bportugal.pt e Instituto Nacional de Estatística, in www.ine.pt (consultado em julho de 2024). (Adaptado)

Gráfico 8 – Saldo orçamental das administrações públicas (em % do PIB)



Conselho das Finanças Públicas, Evolução Orçamental das Administrações Públicas em 2023, in <https://www.cfp.pt> (consultado em setembro de 2024). (Adaptado)

Explicite, com base na informação fornecida, a evolução da dívida das administrações públicas (AP) em percentagem do PIB, em Portugal, em 2022, face a 2021, considerando:

- a relação entre a evolução da dívida das AP e a evolução do PIB e o seu efeito na evolução da dívida das AP em percentagem do PIB;
- duas razões – uma relativa à receita das AP e outra relativa à despesa das AP – para a evolução do saldo orçamental primário das AP.

Exame – 2025 – 1ª Fase – IAVE

48. Leia o texto seguinte.

Alguns economistas defendem que a capacidade de redistribuição dos rendimentos poderá ser comprometida pela aplicação de impostos com taxas muito elevadas. Por outras palavras, são necessários impostos, mas estes devem ser moderados, caso contrário, a produção diminuirá e a sociedade empobrecerá. Uma cobrança excessiva de impostos sobre os rendimentos do trabalho poderá destruir os incentivos ao trabalho.

Baseado em: Axel Kaiser, O Economista de Rua, 1.ª ed., Coimbra, Conjuntura Actual, 2023, pp. 23-24.

Explícite, com base no texto, de que forma a aplicação de taxas de imposto muito elevadas sobre os rendimentos do trabalho poderá destruir os incentivos ao trabalho e, conseqüentemente, limitar a ação do Estado na redistribuição dos rendimentos.

Exame – 2025 – Época Especial – IAVE

49. Leia o texto seguinte.

Em 2022, Portugal era o 7.º país da União Europeia (UE) com maior proporção de jovens com o ensino superior, e cerca de 9 em cada 10 jovens entre os 20 e os 24 anos tinham, no mínimo, o ensino secundário. Apesar disso, os jovens enfrentavam problemas como o acesso ao emprego e à habitação.

Na UE, os contratos temporários abrangiam 5 em cada 10 jovens, sendo Portugal o 5.º país com maior proporção de jovens nesta condição. A inserção profissional dos jovens tende a caracterizar-se igualmente por salários mais baixos, em comparação com a população em geral. Em 2021, o salário médio dos jovens entre os 18 e os 24 anos foi, aproximadamente, 27% inferior ao salário médio em Portugal. A taxa de desemprego entre os jovens foi, em 2022, quatro vezes superior à dos trabalhadores entre os 25 e os 74 anos, sendo Portugal o 7.º país da UE com maior taxa de desemprego nesta faixa etária.

A falta de habitação, em Portugal, a preços compatíveis com os baixos salários, explica, em parte, a permanência dos jovens em casa dos pais. Em 2022, cerca de 95% dos jovens viviam com os pais, sendo este o 4.º valor mais alto na UE.

Baseado em: Pordata, Estatísticas sobre Portugal e a Europa, in www.pordata.pt (consultado em novembro de 2024).

O texto apresentado salienta as dificuldades dos jovens no acesso ao mercado de trabalho e à habitação. Considere que, na qualidade de técnico contratado pelo Estado, tinha a tarefa de propor medidas ao governo, tendo por base o objetivo seguinte:

– promover a integração dos jovens na sociedade.

De acordo com o objetivo proposto e a informação apresentada no texto, proponha duas medidas, explicando de que modo essas medidas contribuem para a concretização desse objetivo.

Exame – 2025 – Época Especial – IAVE

Obrigado por apoiar este projeto!

Bom estudo!

14 Dias